



Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul
PORTARIA Nº 030/2020

“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

RESOLVE:

- ART. 1º** - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos relatados pelo Sistema Municipal de Controle Interno, memorando nº 05/2020/UCCI, de 30.01.2020, parte integrante desta Portaria na forma de anexo, para apurar a conduta do servidor público municipal **DALMO DO AMAZONAS NUNES FOSTER JUNIOR**, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 50.098-4, por possível descumprimento dos deveres funcionais, previstos no inciso IX do art. 169 da Lei 2239/2003, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canguçu-RS.
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 14 DE FEVEREIRO DE 2020.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

EDIMILSON MARTINS DA ROSA
Secretário Municipal de Gestão



SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA

RELATÓRIO DA COMISSÃO

Senhor Prefeito Municipal,

A Comissão de Processo e Sindicância Administrativa designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 030/2020, envolvendo o servidor estatutário detentor do cargo de motorista Dalmo do Amazonas Nunes Foster Junior, em razão de suposto descumprimento de deveres funcionais, previstos no Estatuto Municipal, vem apresentar o relatório final nos termos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que nem ocorreu no caso concreto.

DOS FATOS APURADOS E DA PROVA

Da análise do conjunto probatório, concluímos pela responsabilização do servidor, visto que ainda que não tenha feito voluntariamente, deixou de tomar todos os cuidados, visto que ainda que estivesse à disposição do paciente, deveria ter permanecido próximo à comunidade terapêutica, mantendo a discrição exigida:

Art. 169: São deveres dos servidores:

(...)

IV – discrição;

Deste modo, opina-se pela pena de advertência verbal, como forma de, além de punir, alertar para outras situações semelhantes:

Art. 174: *São penalidades disciplinares, na ordem crescente de gravidade:*

I – advertência verbal;

Art. 175: *A pena de advertência verbal será aplicada em casos de negligência.*

Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

Este é o parecer.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 12 de Agosto de 2021.

Rodrigo T. Larangeira
Presidente da Comissão

Kauane Pedroso
Membro da Comissão

Carem Quintana
Membro da Comissão



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 66C6-571D-E91B-0CE9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA (CPF 004.XXX.XXX-31) em 26/08/2021 15:39:58 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ KAUANE DIAS SOARES PEDROSO (CPF 015.XXX.XXX-29) em 26/08/2021 15:50:24 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA (CPF 930.XXX.XXX-04) em 30/08/2021 09:19:29 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/66C6-571D-E91B-0CE9>